



seminário brasileiro sobre áreas
protegidas e inclusão social

encontro latino americano sobre
áreas protegidas e inclusão social

VIII Sapis / III ELAPIS

VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social / III Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Faculdade de Direito - UFF, Niterói – RJ

18 a 21 de outubro de 2017, Niterói -RJ

EDITAL 2017

REPENSANDO OS PARADIGMAS INSTITUCIONAIS DA CONSERVAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Sumário: Apresentação. Principais prazos. Valores de Inscrição. Inscrição nos Grupos de Trabalho. Inscrição de Eventos Paralelos. Grupos de Trabalho e Ementas.

Edital com chamadas para:

- a) Submissão de Trabalhos completos para os Grupos de Trabalho (GTs)
- b) Inscrição de propostas para eventos paralelos.

APRESENTAÇÃO

O VIII Sapis e o III ELAPIS, a serem realizados de 18 a 21 de outubro de 2017, no município de Niterói -RJ, têm o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense PPGSD/UFF como Instituição anfitriã, com o apoio da Associação Teixeira de Freitas, PROEX/UFF, CAPES e FAPERJ. As atividades ocorrerão na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), no campus localizado na Rua Tiradentes nº. 17 - Bairro do Ingá, na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Com o tema *Repensando os Paradigmas Institucionais da Conservação em Áreas Naturais Protegidas* pretende-se aprofundar o debate sobre os conflitos ambientais relacionados à legislação e à gestão de áreas naturais protegidas no Brasil e na América Latina. Após décadas de experiências em áreas de proteção integral e de uso sustentável e, no caso do Brasil, considerando os 17



seminário brasileiro sobre áreas
protegidas e inclusão social

encontro latino americano sobre
áreas protegidas e inclusão social

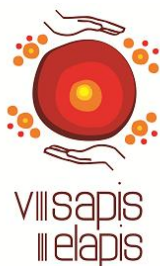
(dezessete) anos da vigência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que balanço é possível fazer? Que caminhos seguir frente às ameaças de extinção de áreas naturais protegidas, de desmantelamento das agências ambientais e flagrantes retrocessos socioambientais no cenário atual?

PRINCIPAIS PRAZOS

Período	Descrição	Destinatários
20/06 a 21/08/2017	Inscrição de Eventos Paralelos	Interessados em geral
20/06 a 24/09/2017	Inscrição de Trabalhos Completos nos Grupos de Trabalho	Acadêmicos (titulação mínima: mestrando), funcionários públicos e representantes de comunidades tradicionais
01/09/2017	Divulgação dos Eventos Paralelos selecionados	Proponentes dos eventos paralelos
27/09/2017	Divulgação dos Trabalhos Completos selecionados	Proponentes dos trabalhos completos
03/10/2017	Prazo final para o pagamento da inscrição	Proponentes dos trabalhos completos e dos eventos paralelos selecionados e interessados em geral

TAXAS DE INSCRIÇÃO:

	Até 03/10/2017
Acadêmicos (mestres e doutores), funcionários públicos e demais profissionais – isentos os coordenadores de GTs e participantes em mesa-redonda	R\$ 200,00
Estudantes de Pós-Graduação	R\$ 150,00
Estudantes de Graduação	R\$ 50,00
Representantes de Comunidades Tradicionais	R\$ 25,00
Ouvintes	R\$ 10,00**



seminário brasileiro sobre áreas
protegidas e inclusão social
encontro latino americano sobre
áreas protegidas e inclusão social

ATENÇÃO:

O pagamento da taxa de inscrição e o credenciamento são **OBRIGATÓRIOS** a todos os participantes do evento bem como a todos os proponentes selecionados para apresentação de trabalho em GTs e a todos os coordenadores de eventos paralelos.

A quitação das inscrições deve ser realizada pagando-se a taxa de inscrição correspondente, no prazo máximo de **03 de outubro de 2017**. Caso não o façam, as propostas selecionadas serão consideradas desistentes, passando seus lugares a outras propostas submetidas. O não cumprimento dessa regra será entendido como desistência.

Para inscrever-se no evento (exceto na modalidade “ouvinte”), para submeter propostas, efetuar o pagamento da taxa de inscrição e acompanhar resultados, acesse e cadastre-se na plataforma de gestão de informação do SAPIs 2017, no endereço eletrônico:
<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/sapis/sapis2017/>

No momento oportuno, o mesmo endereço eletrônico também deverá ser acessado para gerar certificados.

** Interessados em participar apenas como “ouvintes” deverão comunicar seu interesse em participar do evento pelo e-mail sapis2017@gmail.com colocando no título do e-mail – “OUVINTE SAPIs 2017” e deverão se inscrever apenas durante o evento. Inscritos na modalidade “ouvintes” não terão direito a certificado.

Estão dispensados do pagamento da taxa de inscrição os membros da Comissão Organizadora, os Coordenadores de Grupos de Trabalho e palestrantes das mesas redondas, no limite de um trabalho aprovado para apresentação.

Em caso de dúvidas, procure o serviço de suporte técnico pelo e-mail suporte@sisgeenco.com.br, com cópia para sapis2017@gmail.com.

INSCRIÇÃO NOS GRUPOS DE TRABALHO (GTS)



Os Grupos de Trabalho têm como objetivo proporcionar um ambiente aprofundado de debate em torno de diferentes eixos temáticos que abordem a questão da inclusão social em áreas naturais protegidas (veja as ementas dos GTs, adiante).

Atenção:

Serão selecionados até 20 (vinte) trabalhos para apresentação oral nos GTs, que serão distribuídos em até duas sessões de dez trabalhos cada.

Para apresentação oral do trabalho e publicação nos anais far-se-á necessária a presença de pelo menos um de seus autores.

Terão direito a certificado de apresentação apenas os autores e coautores que tenham se inscrito e pago as respectivas taxas de inscrição e que estejam presentes à sessão de apresentação, tendo assinado sua lista de presença.

A inscrição do trabalho deve ser efetivada pela plataforma de gestão de informação do Sapis 2017, no endereço eletrônico: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/sapis/sapis2017/>

Serão aceitos três formatos básicos de trabalho:

1) Ensaio acadêmico - O arquivo deve ser enviado em formato .doc ou .docx e deverá ter entre 12 (doze) e 20 (vinte) páginas numeradas, em letra Times New Roman com título em caixa alta e negrito (TNR 14), seguido de breve identificação dos autores e e-mail em TNR 11, e seguido de resumo entre 10 e 15 linhas em língua portuguesa ou espanhola, com no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) palavras-chave, em TNR 11, espaço simples, seguido do texto do artigo em TNR 12, espaço 1,5 - citações em TNR 11, espaço simples, de acordo com regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Margens: superior 2 cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm, direita 2 cm; alinhamento justificado. Ilustração, tabelas e gráficos: deverão aparecer no corpo do texto de forma legível e numerados.

Atenção:

Será aceito um trabalho completo por autor principal, admitindo-se até 3 coautorias. O autor principal deverá ser doutor, mestre ou estar cursando mestrado. Graduados e graduandos só poderão figurar como coautores.



2) Relatório de gestão – Relatório advindo de órgão ou setor da Gestão Pública, registrando experiências, situações, conjunturas, processos, projetos, avaliações, análises, dentre outros relacionados à gestão pública de áreas naturais protegidas, seguindo a mesma quantidade de páginas, tipo de letra e demais aspectos formais do ensaio acadêmico (1), podendo agregar planilhas, mapas e figuras.

3) Depoimento/Relato de representantes de comunidades tradicionais/locais – Registro de experiências e processos relacionados à gestão de áreas naturais protegidas, reivindicações de comunidades, projetos bem sucedidos, trajetórias, denúncias, conflitos ou históricos de resistências e demais temas e assuntos pertinentes a temática.

Como apresentar:

1) gravação em áudio de no máximo 15 minutos (posteriormente será transcrito ou disponibilizado em áudio pela organização do evento), registrando nome do(s) autor(es), sua vinculação institucional/comunitária;

OU

2) texto de no mínimo 5 e no máximo 20 páginas, registrando nome do(s) autor(es), sua vinculação institucional/comunitária, em letra Times New Roman tamanho 12, espaço entre linhas 1,5.

INSCRIÇÃO DE EVENTOS PARALELOS

Os eventos paralelos destinam-se a espaços alternativos de trocas e reuniões, exposições fotográficas e de áudio visuais, lançamentos de livros, intervenções artísticas, oficinas, colóquios, entre outros. Poderão se inscrever membros universitários, membros comunitários, movimentos sociais, representantes da gestão pública, entre outros. Dois horários estarão disponíveis para a realização dos eventos: dias 19 e 20 de outubro, entre 17h30 e 20h30.

Atenção:



seminário brasileiro sobre áreas
protegidas e inclusão social
encontro latino americano sobre
áreas protegidas e inclusão social

A inscrição da proposta de evento paralelo deve ser efetivada pela plataforma de gestão de informação do Sapis 2017, no endereço eletrônico:
<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/sapis/sapis2017/>

Em caso de aprovação da proposta de evento, o (a) proponente principal deverá concluir sua inscrição efetuando o pagamento até 03 de outubro de 2017. Após esta data poderá ser considerado desistente passando a vaga a um(a) outro(a) proponente com evento paralelo já submetido.

GRUPOS DE TRABALHO E EMENTAS

GT-1. História e Ecologia em Áreas Naturais Protegidas

Coordenadores: Rogério Ribeiro de Oliveira (PPGGEO/PUC-Rio) e Adi Lazos (PPGEO/PUC-Rio)

Ementa: História e Ecologia são vertentes geralmente pouco exploradas no estudo de áreas naturais protegidas. No que se refere a ambientes terrestres, a sucessão ecológica opera no sentido de ocultar numerosas etapas da histórica relação sociedade \times natureza. Geralmente em termos de paisagem, o que temos hoje por “natural” pode se tratar de paleoterritórios usado por populações passadas. Na clássica dicotomia entre natureza e cultura, poucos ecossistemas recebem de forma tão intensa o estigma de “natural” como o que é conferido às florestas tropicais. O GT tem como objetivo discutir pesquisas e narrativas que resgatem a historicidade das paisagens das áreas naturais protegidas.

GT-2. Conflitos ambientais em áreas naturais protegidas: sobreposições, grandes obras, confrontos, resistências e protagonismo.

Coordenadores: Cleyton Gerhardt (CCJE/UFRJ), Carmen Andriolli (DDAS/CPDA/UFRRJ) e Alba Simon (PPGSD-UFF)

Ementa: O GT focaliza o debate sobre conflitos envolvendo sobreposições territoriais entre distintos tipos/categorias de áreas naturais protegidas (terras indígenas, quilombos, reserva legal, UCs de uso sustentável e de proteção integral), confrontos resultantes da implantação de projetos extrativos, agropecuários, de preservação ambiental e de infraestrutura ditos "de desenvolvimento" (hidrelétricas, mineração, construção de rodovias, ferrovias, oleodutos, portos, etc.) em locais próximos ou dentro de áreas estratégicas do ponto de vista tanto da conservação da natureza como da garantia de autonomia a grupos sociais subalternos. Da mesma forma, considerando as iniciativas de preservação ambiental em curso e a emergência de tais conflitos, visa discutir o papel do Estado, de entidades privadas e agências multilaterais, a mediação de peritos e representações diversas (ONGs, OSCIPS, sindicatos, associações) e a atuação de grupos sociais em luta para garantir direitos. Por fim, são objetos de debate: visões hegemônicas de gestão ambiental e sua



seminário brasileiro sobre áreas
protegidas e inclusão social
encontro latino americano sobre
áreas protegidas e inclusão social

busca por soluções técnicas e (em tese) consensuais; construção de contra-narrativas e contra-propostas nativas a tais visões estabelecidas; produção de conhecimento e o papel, autonomia e cerceamento de especialistas (biólogos, antropólogos, engenheiros, advogados etc.) quando da elaboração de laudos, perícias, relatórios e pesquisas acadêmicas; novas territorialidades e tentativas de obstrução, flexibilização e desregulamentação destas; processos de desterritorialização relacionados à instalação de projetos de desenvolvimento e efetivação de UCs que impliquem deslocamento de populações e/ou interdição de uso por parte destas; relação entre conflitos ambientais, legislação ambiental e políticas públicas dela decorrentes.

GT-3. Áreas naturais protegidas e gestão compartilhada do território

Coordenadores: Annelise Fernandez (PPGCS-UFRRJ), Andreza Franco (PPGSD-UFF) e Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)

Ementa: O GT tem como proposta discutir relatos de pesquisas sobre formas compartilhadas de gestão do território em áreas naturais protegidas. Em especial, nos interessa pensar as múltiplas inter-relações que decorrem do fato de que esses territórios são ao mesmo tempo regidos por uma concepção moderna de conservação da natureza e espaço vivido de populações tradicionais (agricultores, quilombolas, indígenas, caiçaras, ribeirinhos). Há interesse também nos trabalhos que contemplam as modalidades participativas de gestão das UCs, por meio dos conselhos consultivos e gestores, assim como as diferentes institucionalidades que atravessam os territórios protegidos, tais como empresas de energia e de captação de água, a terceirização de serviços de educação ambiental, de exploração econômica (privada ou comunitária) de uso público. Ao longo de décadas, essas formas compartilhadas de gestão do território produziram experiências de conflitos, pactuações, criação de novos instrumentos jurídicos e de novas categorias de UCs, etc. Importa destacar nesses casos, as diferentes concepções dos atores envolvidos sobre as relações sociedade, natureza ou sobre o que merece ser protegido nesses territórios.

GT-4. Áreas naturais protegidas e os desafios para a gestão democrática do patrimônio público.

Coordenadores: David G. Soares (ICS/UERJ) e Gustavo Melo (EICOS/GAPIS/UFRJ)

Ementa: O GT tem como objetivo debater os principais desafios para a gestão participativa das áreas naturais protegidas, considerando a importância destas serem implementadas com base na noção de patrimônio público, cuja função social e ambiental possa ser cumprida de forma efetiva. Nesse sentido, busca-se discutir, criticamente, a participação social nos instrumentos de gestão das áreas naturais protegidas e as diversas questões associadas a este processo, abordando de forma ampla reflexões teóricas e/ou práticas sobre o tema. O GT busca também discutir novas experiências e iniciativas em processos participativos, que podem estar associados ou não aos instrumentos formais de participação das áreas naturais protegidas, se constituindo como oportunidades para se pensar os desafios na implementação e gestão democrática destas.



seminário brasileiro sobre áreas
protegidas e inclusão social
encontro latino americano sobre
áreas protegidas e inclusão social

GT-5. Áreas naturais protegidas no Contexto Urbano: desafios e potencialidades.

Coordenadoras: Camila Morais (PPGEC/Unirio) e Sônia Peixoto (Ex-Chefe do Parque Nacional da Tijuca, Prefeitura do Rio de Janeiro, Doutoranda PPGAU/UFF)

Ementa: A conservação dos recursos naturais em metrópoles envolve tensões com relação às principais questões políticas, sociais, científicas, culturais e econômicas, características do conflito de interesses associados a essas áreas, compondo distintos campos discursivos e arenas de debate de diferentes interesses individuais e coletivos. Neste contexto, o GT se propõe a refletir sobre tais relações e buscar trabalhos que abordem debates como: planejamento, implementação e gestão das áreas naturais protegidas urbanas; Políticas públicas para a conservação da natureza; Ecologia urbana; gerenciamento do ambiente urbano; Crítica socioambiental urbana; Conflito e Justiça ambiental; Ética e desenvolvimento sustentável na cidade; Ecoturismo em cidades, e demais temas correlatos.

GT-6. Educação Ambiental no contexto das Áreas Naturais Protegidas

Coordenadores: Carlos Frederico B. Loureiro (PPEG/UFRJ), Maria Tereza de Jesus Gouveia (FGV; REARJ; Projeto Coral Vivo)

Ementa: No processo de institucionalização de áreas naturais protegidas no Brasil, em suas diferentes finalidades, a educação ambiental se consolidou como um dos seus instrumentos principais na gestão pública, no diálogo com grupos sociais do entorno, no atendimento à visitação e na divulgação científica. Para tanto, foi concebida de modo variado em políticas públicas e práticas cotidianas, abarcando um conjunto diverso e por vezes conflituoso de concepções, intencionalidades educativas e metodologias. Diante desse histórico da educação ambiental no contexto de áreas naturais protegidas, o GT se apresenta como um espaço de interlocução, análise e discussão sobre as diferentes experiências existentes ou realizadas, e sobre seus rumos e desafios nas políticas públicas ambientais.

GT-7. Áreas naturais protegidas e Questões Agrárias.

Coordenadoras: Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF) e Janaína Tude Sevá (UFG).

Ementa: O GT tem como objetivo fazer uma reflexão a partir de experiências de intervenção diretas ou indiretas conduzidas por projetos de pesquisa participativa ou de extensão universitários tendo como foco questões ou situações de conflitos agrários/ambientais em áreas naturais protegidas. As experiências elencadas para discussão nesse GT devem destacar como eixo central formas de construção políticas e ideológicas que produzem oposições sociologicamente dramáticas e contradições profundas entre ambiente e direitos de pertencimento territorial, dentro de modelos de planejamento oficial construídos sem participação popular, conduzidas por instituições do Estado, como INCRA, FUNAI, IBAMA, ICMBio, INEA, etc., ou impactadas por investimentos de desenvolvimento estatal ou privados tais como mineração e barragens que transformam comunidades assentadas em segmentos subalternizados de "atingidos" em formas variadas de



seminário brasileiro sobre áreas
protegidas e inclusão social
encontro latino americano sobre
áreas protegidas e inclusão social

violência, e que afetam tanto a conservação da natureza quanto os direitos de populações tradicionais e sem-terra. As pesquisas, os projetos de extensão universitária e os cursos de formação tem servido tanto para qualificar pela Teoria Crítica mudanças estratégicas criativas e significativas a favor dos "atingidos" ao longo desse tipo de conflitos em processo de acontecimentos, como para gerar registros importantes dessas trajetórias e das contradições em cheque.

GT-8. Ecoturismo e Uso público em Áreas Naturais Protegidas

Coordenadores: Luiz Renato Vallejo (POSGEO/UFF), Douglas de Souza Pimentel (POSGEO/UFF) e Camila Rodrigues (PPDS/UFRRJ e PPGEC/Unirio).

Ementa: Ecoturismo e uso público em áreas naturais protegidas, políticas públicas e perspectivas no Brasil e na América Latina. Infraestrutura e capacidades para a gestão e o desenvolvimento de parcerias para o ecoturismo em áreas naturais protegidas. Efeitos socioambientais do ecoturismo e sua gestão. O GT propõe debater o ecoturismo e o uso público nas áreas naturais protegidas como atividades em evidência no Brasil e na América Latina. Neste contexto, mesmo considerando os benefícios potenciais do ecoturismo e do uso público em áreas naturais protegidas para as socioeconomias locais e regionais, a atividade prescinde de iniciativas no campo das políticas públicas visando fortalecer competências, infraestrutura e o acesso a estas áreas. Além disso, a consolidação dessas atividades, em bases sustentáveis, depende de parcerias, seja no campo público e/ou privado, destacando-se também as iniciativas de base comunitária e as atividades de voluntariado. Os benefícios e os desafios do ecoturismo e do uso público serão abordados a partir de uma perspectiva interdisciplinar, buscando destacar casos em diferentes áreas naturais protegidas.

GT-9. Licenciamento ambiental e componentes culturais em territórios tradicionais.

Coordenadores: Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão (PPGSD-UFF) e Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (UnB).

Ementa: O GT pretende estabelecer um diálogo entre agentes que efetivamente tenham tido envolvimento com este tipo de estudo. Seja na academia, seja em empresas de consultoria, sejam os profissionais autônomos, sejam os empreendedores, sejam atores institucionais (da FUNAI, IPHAN e FCP, por exemplo). Neste sentido, não está focado em um debate "teórico", "doutrinário", "hipotético-dedutivo" sobre o desafio dos Estudos de Componente Cultural do Licenciamento Ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes sobre povos indígenas, remanescentes de quilombo e outras referências culturais protegidas, como patrimônio cultural imaterial ou não. Pretende reunir trabalhos construídos a partir de estudos de componentes, indígena ou quilombola, no sentido de discutir novos princípios norteadores para a lógica de mitigação, compensação, monitoramento, e etc., que sejam diversos dos consagrados no licenciamento ambiental, como o "poluidor/pagador". Entendemos que este princípio torna, na melhor hipótese, os processos de mitigação/compensação dos Programas Básicos Ambientais (PBA) um resultado de soma zero. Quantifica-se os impactos em termos monetários e o empreendedor "compensa" um valor equivalente, ou em alguns casos acrescidos de multiplicadores. Ademais, o escopo dos



seminário brasileiro sobre áreas
protegidas e inclusão social
encontro latino americano sobre
áreas protegidas e inclusão social

programas de compensação fica restrito à uma lógica de causalidade atinente ao empreendedor ou à burocracia, que nem sempre corresponde à percepção, por parte das comunidades afetadas, do que mitigaria ou compensaria seus “danos”. Em alguns estudos realizados junto a comunidades indígenas e quilombolas, pesquisadores do NUPIJ/UFF têm procurado estabelecer novos princípios de relacionamento do empreendedor com as comunidades impactadas, que permitam a ambos lados retornos continuados, onde empreendedor e comunidades compartilhem os resultados dos empreendimentos, cada um à sua maneira, ao longo do tempo.

GT-10. Áreas naturais protegidas: Memória, Patrimônio e Turismo.

Coordenadoras: Maria Amália Oliveira (PPGEC/Unirio); Helena Catão (PPGTUR/UFF)

Ementa: O termo patrimônio é polissêmico, envolvendo vários sentidos e assume no mundo moderno classificações atreladas a distintas noções, como por exemplo: perda, monumentalidade, intocabilidade e testemunho. Historicamente, as áreas naturais protegidas foram concebidas como patrimônio da nação (belezas cênicas típicas de um país, recursos naturais estratégicos, biodiversidade). Em torno dessas concepções se organizaram as atividades de turismo e lazer em áreas naturais protegidas. A despeito deste (e em reação a este) modelo oficial de conservação e uso público consagrado pelos parques, formas locais e culturalmente diversas de apropriação da natureza e do território foram afirmadas no contexto da redemocratização do Brasil e passaram a ser identificadas como manifestações autênticas e igualmente passíveis de patrimonialização. Diante do exposto, o GT se coloca como espaço para discussão sobre as diversas experiências nas quais se relacionam memória, patrimônio e turismo em áreas naturais protegidas. A partir da história social e memória de atores, que processos de patrimonialização foram acionados na constituição de diferentes áreas naturais protegidas? Como o fenômeno turístico participa das construções de memória e patrimônio? Quais interferências podem ser detectadas a partir da inserção de novos interesses e conflitos aportados pelo Turismo ao campo do patrimônio. Que desafios se colocam para o equacionamento das práticas oficiais e comunitárias de turismo em áreas naturais protegidas? De que modo os estudos sobre memória podem contribuir para novas interpretações sobre as paisagens, como híbridos de natureza e cultura? Nossa intenção é promover o debate, a troca de ideias e a reflexão sobre os desdobramentos e possibilidades dessa relação em perspectiva interdisciplinar. Desta forma, convidamos pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, interessados nas questões relacionadas aos aspectos aqui elencados, a apresentar trabalhos resultantes de pesquisas que abordem este universo.